

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****2ª VARA CRIMINAL****RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-140****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0006018-95.2017.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo**
 Documento de Origem: **CF, OF, IP-Flagr. - 2114/2017 - DEL.SEC.SÃO CARLOS PLANTÃO, 1030/2017 - 3º Distrito Policial de São Carlos, 194/2017 - 3º Distrito Policial de São Carlos**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **DOMINGOS ALVES DE SOUZA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **EDUARDO CEBRIAN ARAUJO REIS**

Vistos.

DOMINGOS ALVES DE SOUSA, qualificado nos autos, foi denunciado como incurso no artigo 157, §1º (por duas vezes), c.c. artigo 70 e no artigo 329, "caput", na forma do artigo 69, todos do Código Penal, porque, segundo a denúncia, no dia 13 de julho de 2017, por volta das 03h24min, na avenida Comendador Alfredo Mafei, 1780, em via pública, nos arredores do bar “Vixe Maria”, Centro, nesta cidade e comarca, subtraiu para si, um telefone celular Samsung pertencente a Djhuly Brenda Rateiro Jellmayer e um telefone celular marca Positivo, de Lucas Rodrigues Rocha, avaliados indiretamente em R\$580, mediante o emprego, logo depois da subtração, de grave ameaça contra a vítima Lucas Rodrigues consistente em simular estar portando uma arma (não apreendida) para assegurar sua impunidade, com isso reduzindo a possibilidade de resistência das vítimas.

Consta, ainda, que nas mesmas condições de tempo e lugar acima descritos, **DOMINGOS ALVES DE SOUSA**, durante abordagem por policiais que atendiam a ocorrência acima descrita, opôs-se à execução de ato legal, resistindo à sua prisão, mediante violência empregada contra os policiais militares.

Consta, por fim, que nas circunstâncias supra, **DOMINGOS ALVES DE SOUSA** ofendeu a integridade corporal do policial militar Emerson Henrique Porfírio, desferindo-lhe um soco, que atingiu seu rosto e produziu as lesões corporais de natureza leve.

Segundo o apurado, predeterminado a subtrair os bens o denunciado se dirigiu até o bar “Vixe Maria”, onde também se encontravam as vítimas e se apoderou do telefone celular de Djhuly Brenda, que estava sobre uma mureta existente no local dos fatos, momento em que a vítima, assim que notou a ação criminosa, conseguiu evitar que ele também se apoderasse de sua carteira contendo documentos pessoais que estava sobre a mesma mureta.

Em seguida a vítima correu até uma esquina e, enquanto acionava uma viatura policial que passava pelo local, o denunciado subtraiu o telefone de Lucas Rodrigues que, ao notar que seus pertences estavam sendo subtraídos foi contido pelo réu, mediante grave ameaça, dizendo estar armado e que lhe daria um tiro.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****2ª VARA CRIMINAL****RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-140****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

De posse dos aparelhos celulares o denunciado se evadiu sendo, contudo, detido por policiais militares ainda nas proximidades, portando os aparelhos celulares subtraídos das vítimas. No momento de sua detenção, opondo-se a ordem legal, antes de ser algemado desferiu um soco no rosto do policial militar Emerson Henrique Porfírio, provocando lesões corporais de natureza leve.

As vítimas reconheceram os aparelhos subtraídos e o denunciado como autor das subtrações.

A denúncia foi recebida em 28 de julho de 2017 (fls. 127/128).

Concedida liberdade provisória ao acusado, mediante comparecimento a todos os atos processuais (fl. 148).

Citado, o réu ofereceu resposta à acusação (fls. 163/168).

As testemunhas foram ouvidas por carta precatória (fls. 229 e 240).

Em audiência em continuação foram ouvidas as vítimas e interrogado o réu, colhendo-se, na sequência, as manifestações orais das partes.

É o relatório.**Fundamento e DECIDO.**

A ação penal é parcialmente procedente.

A materialidade delitiva do crime contra o patrimônio está estampada no auto de exibição, apreensão e entrega de fls. 13/14, no auto de avaliação de fls. 33 e na prova oral produzida.

A autoria também é certa.

Interrogado, o réu negou a prática dos fatos narrados na denúncia. Disse que a vítima Djhuly lhe pediu ajuda, pois o amigo Lucas estava embriagado e se sentindo mal. Nesse momento, ela deixou cair o celular e a bolsa ao solo. Asseverou ter ajudado a levantar Lucas e recolheu os pertences deles que estavam no chão. Enquanto conversava com as vítimas, a viatura policial se aproximou. Disse que os policiais jogaram spray de pimenta em seus olhos. Negou ter agredido o policial militar, mas pode tê-lo acertado após ser atingido pelo spray de pimenta.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CRIMINAL

RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-140

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Ouvida em juízo, a vítima Djhuly Brenda Rateiro Jellmayer relatou que estava juntamente com seu amigo Lucas no local dos fatos quando o réu foi na direção deles. Informou que nesse momento dirigiu-se à esquina para pedir socorro, ocasião em que o réu se apoderou do celular de Lucas e do dela, que havia ficado no local. Interpelada pela defesa, disse que, momentos antes, solicitara ajuda ao réu, pois seu amigo Lucas estava se sentindo mal. Reconheceu o acusado.

Lucas Rodrigues Rocha afirmou que estava no local, quando o réu se apoderou de seu celular, que estava em seu bolso. Disse que, posteriormente, solicitou ao réu que devolvesse o aparelho celular, momento em que ele lhe respondeu: “você vai querer seu celular mesmo?”. mencionou que estava embriagado e ficou sentado, quando observou uma viatura policial passar pelo local e disse para Djhuly solicitar ajuda. O réu estava a alguns metros dele quando foi abordado pela polícia. Presenciou o réu desferir um soco no policial militar.

O policial militar Luiz Rogério Fumagale Macedo Júnior, ouvido sob o crivo do contraditório, relatou que estava em patrulhamento de rotina quando, no início da noite, houve a notícia de que réu estaria perturbando pessoas na Santa Casa. Dirigiu-se ao local e conversou com o réu, orientando-o a sair dali. Asseverou que o réu estava um pouco desorientado. Posteriormente, durante a madrugada, em patrulhamento nas imediações do bar “Vixe Maria”, foi solicitado a comparecer no local, pois o réu estava perturbando os clientes. Em ato contínuo, novamente nas imediações do bar, visualizou a vítima Djhuly solicitando ajuda à viatura, pois o indivíduo que vestia a “camisa do Palmeiras” havia acabado de roubar os celulares dela e de seu amigo. Em abordagem, notou que o indivíduo se tratava do réu, que confessou estar na posse dos celulares. O acusado não permitia a realização de revista pessoal, afastando-se da viatura. Informou não ter conseguido solicitar apoio policial, sendo necessária muita força física para algemar o réu, que tem estatura avantajada e não permitia a ação dos policiais. mencionou que o policial Emerson sofreu um soco no rosto durante a ação. A vítima Lucas relatou que o réu segurou seu pescoço, como se fosse enforcar e mandou que lhe entregasse o celular, momento em que a vítima Djhuly também entregou o seu (fl. 228).

Emerson Luiz Porfílio, policial militar, afirmou que estava patrulhando pelo local, quando visualizou a vítima sinalizando para que parasse a viatura. A vítima lhe narrou que o réu estava com uma faca e roubou os celulares seu e de seu amigo. No momento da abordagem, o réu lhe desferiu um soco no rosto, ocasionando lesões em seu nariz e boca. Houve a necessidade de força física para conter o acusado, que passou a se debater. Os aparelhos celulares foram encontrados em poder do réu (fl. 239).

Os bens subtraídos, bem assim o acusado, foram reconhecidos pelas vítimas, com segurança.

De outro lado, não restou confirmado pelo acervo probatório que o delito tenha ocorrido com o emprego de ameaça para assegurar a impunidade do delito.

Nesse ponto, as vítimas não especificaram qualquer atitude ou palavra ameaçadora do réu.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CRIMINAL

RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-140

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Dessa forma, desclassifico o delito tipificado na denúncia para o crime de furto simples.

Os delitos da mesma espécie foram praticados em iguais condições de tempo, local e maneira de execução, devendo ser reconhecida a continuidade delitiva.

Constato que o acusado é primário e que, conforme auto de avaliação de fls. 33, as coisas subtraídas são de pequeno valor, devendo incidir a causa de diminuição do artigo 155, §2º, do Código Penal.

Além disso, do acervo probatório, em especial os depoimentos dos policiais militares e da vítima Lucas, restou caracterizado o crime de resistência.

É certo que o réu, a fim de se opor à abordagem policial, desferiu um soco no rosto do agente público Emerson Luiz Porfílio, ocasionando a lesão corporal leve descrita no laudo pericial de fls. 35/36.

É o que basta para a condenação.

Passo a dosar as penas.

-Artigo 155, "caput", c.c. §2º, Código Penal:

Nos termos da fundamentação supra, fixo a pena-base no mínimo legal, em 01 ano de reclusão e no pagamento de 10 dias-multa.

Considerando a prática de dois delitos de furto em continuidade, com fundamento no artigo 71 do Código Penal, exaspero a reprimenda em 1/6 (um sexto), perfazendo-se o total de 01 (um) ano e 02 (dois) meses de reclusão e 11 (onze) dias-multa.

Tratando-se de furto privilegiado, reduzo a pena em 1/3 (um terço), haja vista a pluralidade de delitos e as circunstâncias apuradas, perfazendo-se o total de 09 (nove) meses e 10 (dez) dias de reclusão e 07 (sete) dias-multa.

Inadequada a aplicação de pena exclusiva de multa, em atenção à reprovabilidade da conduta, decorrente da pluralidade de delitos praticados pelo réu nas mesmas circunstâncias.

Torno-a definitiva.

- Artigo 329, "caput", Código Penal:

Ausentes circunstâncias judiciais desfavoráveis, fixo a pena-base no mínimo legal, em 02 meses de detenção.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CRIMINAL

RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-140

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Torno definitiva a reprimenda, ante a ausência de outras causas que ensejem exasperação ou abrandamento.

As infrações foram praticadas em concurso material, de modo que, aplicando-se o critério definido no artigo 69 do Código Penal, a pena definitiva será de 09 (nove) meses e 10 (dez) dias de reclusão, 02 (dois) meses de detenção e 07 (sete) dias-multa.

Com fundamento no artigo 33, § 2º, "c", do Código Penal, estabeleço regime aberto para cumprimento da pena privativa de liberdade imposta.

Fixo multa mínima em razão da capacidade econômica do autor da conduta.

Posto isso, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a ação penal e **condeno** o réu **DOMINGOS ALVES DE SOUSA**, por infração ao artigo 155, "caput", c.c. o §2º (por duas vezes), e ao artigo 329, "caput", ambos do Código Penal, às penas de **09 (nove) meses e 10 (dez) dias de reclusão e 02 (dois) meses de detenção, em regime aberto**, e ao pagamento de **07 (sete) dias-multa**, na forma especificada.

Presentes os requisitos do artigo 44 do Código Penal, sem prejuízo da pena de multa, **substituo** as penas privativa de liberdade por uma de prestação de serviços à comunidade pelo período da condenação.

O réu poderá recorrer em liberdade.

Custas na forma da lei.

P.I. Oportunamente, arquivem-se.

São Carlos, 28 de setembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**